Carta Aberta ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática

MOBIMIENTO CULTURAL
DE LA TIERRA DE MIRANDA

O Movimento Cultural da Terra de Miranda reunido hoje:

1. Informa que vai adotar todos os procedimentos necessários para garantir que o Estado honre todos os compromissos que assumiu com a Terra de Miranda e as populações dos dez municípios onde se situam as barragens transmitidas, quando aprovou o artigo 134.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021;

2. Reafirma que alertou o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, verbalmente e por escrito (a 4 de setembro de 2020), da probabilidade de existirem esquemas de planeamento fiscal agressivo destinados a dispensar a EDP de pagar os impostos devidos pelo negócio da venda das barragens. Esse documento é público;

3. Exige ao Governo e ao Senhor Ministro a reparação imediata dos prejuízos causados às populações;

4. Exige ao Senhor Ministro que esclareça o seguinte:

4.1. Por que motivo não fez depender a autorização de venda do pagamento de uma contrapartida financeira (como é comum) até porque estava a conferir à EDP o avultado encaixe de 2 200 milhões de Euros;

4.2. Por que motivo autorizou a venda sem garantir previamente o pagamento dos impostos, nomeadamente de IRC, de IMT, de Imposto do Selo e de Emolumentos;

4.3. Por que motivo autorizou a venda quando sabia que o modelo de negócio adotado pela EDP frustrava a possibilidade de cobrança de 110 milhões de Euros de Imposto do Selo, afetos pelo artigo 134.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021, ao fundo de desenvolvimento dos dez municípios;

4.4. Por que motivo se colocou ao lado dos economicamente mais fortes e contra as populações da Terra de Miranda, de Trás-os-Montes e de todos os portugueses para quem deve governar;

5. Manifesta ao Senhor Ministro e ao Governo a disponibilidade deste Movimento para o diálogo e a colaboração na prossecução do interesse público;

6. Solicita encarecidamente ao Senhor Ministro e a todos os membros do Governo que não façam mais declarações, nem públicas nem privadas, defendendo que não são devidos impostos por este negócio;

7. Informa o Senhor Ministro de que, por mais declarações que faça, não consegue esconder que com a sua ação "iludiu" e "frustrou" as justas expetativas das gentes da Terra de Miranda;

8. Reafirma que nunca desistirá da nossa luta, enquanto não for resolvida a enorme injustiça para com a Terra de Miranda, que o Senhor Ministro agravou;

9. Reafirma que não pedimos nada que não nos seja devido. Apenas queremos que nos seja entregue o montante a que temos direito por Lei: os 110 milhões de Euros respeitantes ao Imposto do Selo que por inépcia da ação do Senhor Ministro e do Governo não acautelou que tivessem já sido cobrados;

10. Reafirma que as populações da Terra de Miranda não se deixam enganar nem intimidar.

Terra de Miranda, 21 de março de 2021